



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE VEREADOR MARCIO PACELE

ANTEPROJETO DE LEI Nº 09 GVMP/2025

“Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Infraestrutura para a prevenção e mitigação das Alagações no Município de Porto Velho.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 1º - O presente Projeto de Lei tem por objetivo a criação do Fundo Municipal de Infraestrutura (FMI) destinado à solução das problemáticas relacionadas às alagações no município de Porto Velho.

Art. 2º - O FMI tem a finalidade de financiar e implementar obras e projetos de infraestrutura que previnam e mitiguem os impactos das alagações, visando à melhoria da qualidade de vida da população e à proteção do patrimônio público e privado.

Capítulo II - Estrutura e Funcionamento do FMI

Art. 3º - O FMI será constituído pelos seguintes recursos:

- I - Dotação orçamentária específica consignada anualmente no orçamento do Município;
- II - Transferências voluntárias da União e do Estado destinadas a este fim;
- III - Empréstimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, nacionais e internacionais;
- IV - Doações de pessoas físicas e jurídicas;



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE VEREADOR MARCIO PACELE

V - Outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Art. 4º - A gestão do FMI será de responsabilidade de um Conselho Gestor, composto por:

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Obras;
- II - Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- III – Um representante da Secretaria Municipal de Serviços Básicos;
- IV - Um representante da Defesa Civil Municipal;
- V – Um representante do Conselho Regional de Engenharia;
- VI – Um representante do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo;
- VII – Um representante da Câmara Municipal de Porto Velho.

Art. 5º - Conselho Gestor São competências do Conselho Gestor do FMI:

- I - Aprovar o Plano de Ação Anual do FMI;
- II - Acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos e obras financiados pelo FMI;
- III - Propor diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do FMI;
- IV - Elaborar relatórios semestrais de prestação de contas e resultados alcançados.

Capítulo III - Aplicação dos Recursos

Art. 6º - Os recursos do FMI serão aplicados, prioritariamente, em:

- I - Obras de drenagem urbana e canais de escoamento;
- II - Construção e manutenção de reservatórios de retenção de águas pluviais;
- III - Revitalização de áreas de risco de alagamento;
- IV - Educação ambiental e campanhas de conscientização sobre a prevenção de alagações;
- V - Estudos e projetos técnicos para a identificação de novas soluções de infraestrutura.



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE VEREADOR MARCIO PACELE

Art. 7º - Os projetos a serem financiados pelo FMI deverão obedecer aos seguintes critérios de priorização:

- I - Áreas com histórico recorrente de alagações;
- II - Regiões com maior densidade populacional;
- III - Localidades com infraestrutura mais deficiente;
- IV - Projetos com maior impacto social e ambiental positivo.

Capítulo IV - Transparência e Controle

Art. 8º - A aplicação dos recursos do FMI deverá ser transparente e acessível à população, por meio de:

- I - Publicação de relatórios semestrais de atividades e prestação de contas no site oficial da Prefeitura;
- II - Realização de audiências públicas para apresentação de resultados;
- III - Disponibilização de canal de comunicação para recebimento de sugestões e denúncias.

Art. 9º - O controle social sobre a aplicação dos recursos do FMI será exercido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, pela Câmara Municipal de Porto Velho e pelas organizações da sociedade civil interessadas.

Capítulo V - Disposições Finais

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 11 - Vigência Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Velho, 17 de fevereiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)
MARCIO PACELE VIEIRA DA SILVA
Vereador (REPUBLICANOS)



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
GABINETE VEREADOR MARCIO PACELE

JUSTIFICATIVA

O Município de Porto Velho enfrenta, anualmente, desafios significativos decorrentes das alagações, que comprometem a segurança da população, causam prejuízos econômicos e impactam a infraestrutura urbana. O crescimento desordenado, a deficiência no sistema de drenagem e os efeitos das mudanças climáticas agravam ainda mais esse problema, exigindo a implementação de medidas eficazes para sua prevenção e mitigação.

Diante dessa realidade, o presente Projeto de Lei propõe a criação do Fundo Municipal de Infraestrutura para a Prevenção e Mitigação das Alagações, um mecanismo financeiro específico para fomentar ações estruturantes e emergenciais voltadas à redução dos impactos das enchentes no município.

O Fundo terá como finalidade viabilizar investimentos em obras de drenagem urbana, manutenção de galerias pluviais, desassoreamento de rios e igarapés, implantação de reservatórios de retenção, além de campanhas educativas e estudos técnicos para aprimorar a gestão dos recursos hídricos. A captação de recursos poderá ocorrer por meio de dotações orçamentárias próprias, convênios com esferas estadual e federal, bem como parcerias com a iniciativa privada e organismos internacionais.

Ao estabelecer um fundo específico para essa finalidade, Porto Velho estará fortalecendo sua capacidade de resposta a eventos climáticos extremos, promovendo a segurança da população e garantindo o desenvolvimento sustentável da cidade. Dessa forma, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante iniciativa, essencial para o bem-estar da população e a modernização da infraestrutura municipal.

Câmara Municipal de Porto Velho, 17 de fevereiro de 2025.

(documento assinado digitalmente)
MARCIO PACELE VIREIRA DA SILVA
Vereador (REPUBLICANOS)



Assinado por **Márcio Pacle Vieira Da Silva** - Vereador da Câmara de Vereadores de Porto Velho - Em: 18/02/2025, 17:05:17